



SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Rodovia Papa João Paulo II, nº 4001 - Bairro Serra Verde / Belo Horizonte - CEP 31630-901

Versão v.20.09.2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92/2023 - VI

Pelo presente instrumento, o Estado de Minas Gerais, entidade de direito público, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, ÓRGÃO GERENCIADOR deste Registro de Preços, e os BENEFICIÁRIOS abaixo indicados, sujeitando-se às determinações contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/1993, [Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002](#); [Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006](#); [Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002](#); [Lei Estadual nº. 13.994, de 18 de setembro de 2001](#); [Lei Estadual 20.826, de 31 de julho de 2013](#); pelos [Decretos Estaduais nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012](#), [nº. 48.012 de 22 de julho de 2020](#); [nº. 46.311, de 16 de setembro de 2013](#); [nº. 47.524, de 6 de novembro de 2018](#); [nº. 47.437, de 26 de junho de 2018](#); [nº. 37.924, de 16 de maio de 1996](#); pelas [Resoluções Conjuntas SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016](#); [nº 8.898 de 14 de junho 2013](#); [n.º 3458, de 22 de julho de 2003, com suas alterações posteriores](#); [Resolução SEPLAG nº 13, de 07 de fevereiro de 2014](#); Resolução SEPLAG nº 93, de 28 novembro de 2018 e as demais normas legais correlatas, pelas condições estabelecidas pelo edital de **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS – PLANEJAMENTO N.º 291/2022**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**ENDEREÇO:** RODOVIA PAPA JOÃO PAULO II, Nº 4001, CIDADE ADMINISTRATIVA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, EDIFÍCIO GERAIS, 2º ANDAR - BAIRRO SERRA VERDE. BELO HORIZONTE/MG - CEP: 31.630-901**CNPJ/MF:**05.461.142.0001-70**REPRESENTANTE LEGAL:** JAFER ALVES JABOUR**CARGO:** SUPERINTENDENTE CENTRAL DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS**CPF/MF:** ***.303.596-****BENEFICIÁRIO DOS LOTES: 2, 3, 4, 8, 9, 11, 12, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 33, 40, 42, 47, 52, 53, 55, 56, 60, 61:** MAQNETE COMERCIO E SERVICOS EIRELI -ME**ENDEREÇO:** RUA ALBERTO PEREIRA DA ROCHA, 388, SALA 01, BAIRRO COPACABANA, PATOS DE MINAS, MG – CEP: 38.701-210**CNPJ/MF:** 18.152.404/0001-66**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 002.152.201-0084**REPRESENTANTE LEGAL:** MÁRIO APARECIDO SILVA**CPF/MF:** ***.032.426-****1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. A presente Ata tem por objeto estabelecer as condições que disciplinarão o Registro de Preços para aquisição centralizada de SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA, mediante contrato ou documento equivalente, conforme especificações e condições previstas no edital e seus anexos, sob demanda, futura e eventual, para Órgãos e Entidades da Administração Pública do Estado de Minas Gerais.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

2.1. Os valores a serem pagos aos Beneficiários serão apurados de acordo com os preços unitários registrados nesta Ata de Registro de Preços:

LOTE	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO SIAD	MARCA/ MODELO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	PREÇO UNITÁRIO		PREÇO TOTAL
						NÃO BENEFICIÁRIO RES. CONJ. SEF/SEPLAG 3.458/2003	BENEFICIÁRIO RES. CONJ. SEF/SEPLAG 3.458/2003	
2	ADAPTADOR/CONVERSOR - IDENTIFICACAO: CONVERTER SINAL DIGITAL EM ANALOGICO; CONECTOR (1): HDMI; CONECTOR (2): HDMI(MACHO)PARA VGA(FEMEA);ADAPTADOR HDMI PARA VGA	1429396	TSA / HDMI X VGA	748	1 UNIDADE	R\$ 34,75	R\$ 28,50	R\$ 21.318,00

	COMPATIVEL COM RESOLUCAO 1080I E 1080P.							
3	ADAPTADOR/CONVERSOR - IDENTIFICACAO: EQUIPAMENTO DE VIDEO; CONECTOR (1): VGA X DVI; CONECTOR (2): 01 VGA (FEMEA) X 01 DVI (MACHO);	1422316	TSA / VGA X DVI	398	1 UNIDADE	R\$ 12,17	R\$ 9,98	R\$ 3.972,04
4	ALICATE CRIMPADOR - CONECTORES: RJ11, RJ12, RJ45; CATRACA: COM CATRACA;	650781	EXBOM / HT-568R	431	1 UNIDADE	R\$ 42,38	R\$ 34,75	R\$ 14.977,25
8	BATERIA PARA NOBREAK - TENSAO: 12V; AMPERAGEM: 5AH;	736759	GETPOWER / GP12-5	579	1 UNIDADE	R\$ 102,86	R\$ 84,35	R\$ 48.838,65
9	BATERIA PARA NOBREAK - TENSAO: 12VOLTS/7AH; AMPERAGEM: 7AH;	748005	GETPOWER / GP12-7.0	1.275	1 UNIDADE	R\$ 112,19	R\$ 92,00	R\$ 117.300,00
11	CABO DE FORCA - APLICACAO: COMPUTADOR; TIPO: MD9 EM Y; COMPRIMENTO: 1,8 METROS; CONECTOR: 2 FEMEAS X 1 MACHO TRIPOLAR; TENSAO/CORRENTE: 250V/10A;CONFORME NORMA NBR DA ABNT VIGENTE.	1275410	X-CELL / XC-CF-08	932	1 UNIDADE	R\$ 30,43	R\$ 24,95	R\$ 23.253,40
12	CABO DE REDE - TIPO: PATCH-CORD RJ-45/UTP; NUMERO DE PARES: 04; DIAMETRO EXTERNO: NAO APLICAVEL; CONDUTOR: COBRE; COR: AZUL; CATEGORIA: CAT6;	1807048	TOMATE / SKU: MCB-004	9.508	CABO 2,50 METROS	R\$ 11,52	R\$ 9,45	R\$ 89.850,60
17	CABO PARA AUDIO E/OU VIDEO - IDENTIFICACAO: DE VIDEO FLEXIVEL BLINDADO; CONECTOR: HDDB15 MACHO NAS DUAS PONTAS; SISTEMA DE REPRODUCAO: VGA;	1087371	TSA / VGA HDDB15	212	CABO 3,00 METROS	R\$ 20,27	R\$ 16,62	R\$ 3.523,44
18	CABO PARA AUDIO E/OU VIDEO - IDENTIFICACAO: DE VIDEO FLEXIVEL BLINDADO; CONECTOR: HDDB15 MACHO NAS DUAS PONTAS; SISTEMA DE REPRODUCAO: VGA;	1087371	TSA / VGA HDDB15	209	CABO 1,50 METROS	R\$ 16,59	R\$ 13,60	R\$ 2.842,40
19	CABO PARA TRANSMISSAO DE DADOS - TIPO: EXTENSOR USB 2.0; EQUIPAMENTO: PERIFÉRICOS USB 2.0; CONECTOR: USB A(MACHO) X B(FEMEA);	1807080	TSA / EXTENSOR	366	CABO 1,50 METROS	R\$ 9,59	R\$ 7,86	R\$ 2.876,76
23	CORDAO OPTICO - MODELO: DUPLEX MONOMODO; REVESTIMENTO: TERMOPLASTICO; CONECTOR: LC-PC/LC-PC;	1549162	FS TELEC / MONOMODO LC-PC/LCPC 2,50 METROS	418	CABO 2,50 METROS	R\$ 54,27	R\$ 44,50	R\$ 18.601,00

	DEVERÁ ATENDER AS NORAMAS VIGENTES							
24	CORDAO OPTICO - MODELO: DUPLEX MONOMODO; REVESTIMENTO: TERMOPLASTICO; CONECTOR: SC/LC; DEVERÁ ATENDER AS NORAMAS VIGENTES	1549383	FS TELEC / MONOMODO SC/LC 2,50 METROS	421	CABO 2,50 METROS	R\$ 47,56	R\$ 39,00	R\$ 16.419,00
25	CORDAO OPTICO - MODELO: DUPLEX MONOMODO; REVESTIMENTO: TERMOPLASTICO; CONECTOR: SC-APC/SC-APC; DEVERÁ ATENDER AS NORAMAS VIGENTES	1549260	FS TELEC / MONOMODO SCAPC/SC-APC/ 2,50 METROS	425	CABO 2,50 METROS	R\$ 54,20	R\$ 44,45	R\$ 18.891,25
26	CORDAO OPTICO - MODELO: MULTIMODO/DUPLEX; REVESTIMENTO: PVC; CONECTOR: SC/SC;	1129430	FS TELEC / MULTIMODO/DUPLEX SC/SC / 2,5 METROS	353	CABO 2,50 METROS	R\$ 51,83	R\$ 42,50	R\$ 15.002,50
27	DISCO RIGIDO (HD) INTERNO - TAMANHO: 2,5 POLEGADAS; CAPACIDADE: 1TB; INTERFACE: SATA 3; ROTACAO POR MINUTO: 5400RPM;	1633465	WESTERN DIGITAL / WD10SPZX	684	1 UNIDADE	R\$ 299,47	R\$ 245,57	R\$ 167.969,88
33	FONTE DE ALIMENTACAO EQUIPAMENTO DE INFORMATICA - EQUIPAMENTO: COMPUTADOR DESKTOP; TIPO: INTERNA ATX12V; TENSAO DE ENTRADA: 110-220V AC; TENSAO DE SAIDA: CONFORME PADRAO ATX12V; FREQUENCIA: 50-60HZ; POTENCIA: 500 WATTS; ACESSORIOS: CABO DE ENERGIA; CONECTORES: 02 SATA, 02 IDE, 01 ATX12V 4+4 PINOS, 1 ATX24 (24 PINOS)	1540181	KNUP / KP-522	1.095	1 UNIDADE	R\$ 170,06	R\$ 139,45	R\$ 152.697,75
40	PENDRIVE - CAPACIDADE: 32GB; INTERFACE: 3.0;	1720139	SANDISK / Z410 ULTRA SHIFT USB	3.591	1 UNIDADE	R\$ 35,05	R\$ 28,74	R\$ 103.205,34
42	PILHA - TIPO: NAO-RECARREGAVEL, ALCALINA; TAMANHO: AA(PEQUENA); TENSAO: 1,5 VOLTS; AMPERAGEM: CONFORME FABRICANTE; RECARGA: NAO APLICAVEL; PILHA NAO RECARREGAVEL CONFORME RESOLUCAO CONAMA VIGENTE.	1253883	ELGIN / AA	3.633	PACOTE 4 UNIDADE	R\$ 8,51	R\$ 6,98	R\$ 25.358,34
47	PLACA/ADAPTADOR DE REDE WIRELESS - BARRAMENTO: USB 2.0; COMUNICACAO: IEEE 802.11B/G/N; CRIPTOGRAFIA: WEP 64/128-BIT, WPA-PSK, WPA2-PSK, WPA/WPA2; MODULACAO: DBPSK,	1716751	TP-LINK / TL-WN823N	781	1 UNIDADE	R\$ 114,22	R\$ 93,66	R\$ 73.148,46

	DQPSK, CCK, OFDM, 16-QAM, 64-QAM; MODO CLIENTE (SUPPORTA REDE AD-HOC/INFRAESTRUTURAL), COMPATIBILIDADE COM WINDOWS 7 E WINDOWS 10.							
52	WEBCAM - CONEXAO: USB2.0; IMAGEM: 1920X 1080P NATIVO; LENTES: FOCO AUTOMÁTICO; CAPTURA IMAGEM ESTATICA: CONFORME FABRICANTE; CAPTURA VIDEO: 1920X 1080P ; CAPTURA VIDEO AO VIVO(1): 30FPS 1920X 1080P ; WEBCAM PLUG AND PLAY; MICROFONE INTERNO; CLIPE/SUPORTE PARA FIXACAO EM MONITORES LCD; COMPATIVEL COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7/10	1803786	BLUECASE / BWEB1080P-02	9.671	1 UNIDADE	R\$ 130,49	R\$ 107,00	R\$ 1.034.797,00
53	ROTEADOR - MODO DE TRANSMISSAO: WIRELESS; PADRAO SUPOSTADO: IEEE 802.11AC/IEEE 802.11N/IEEE802.11g; FREQUENCIA DE OPERACAO: 2.4GHz / 5GHz; POTENCIA: CONFORME FABRICANTE; INTERFACE: 4 PORTAS LAN GIGABIT / 1 WAN GIGABIT; ALIMENTACAO: BIVOLT;	1882805	TP LINK / ARCHER C64 AC1200	1.119	1 UNIDADE	R\$ 351,53	R\$ 288,26	R\$ 322.562,94
55	ACESSORIO PARA FONE E MICROFONE - IDENTIFICACAO: CABO QUICK DISCONNECT; MATERIA-PRIMA: CABO ESPIRAL 1,5 METROS, POSSIVEL ATE 3 METROS; TIPO DE EQUIPAMENTO: HEADSET H51, PARA TELEFONES PLANTRONICS; MARCA/MODELO: CABO QD;	1005600	POLY PLANTRONICS) / (EX A10-16	2.810	1 UNIDADE	R\$ 97,44	R\$ 79,90	R\$ 224.519,00
56	FONE - DESCRICAO: HEADSET COM TIARA E TUBO DE VOZ TRANSPARENTE; TIPO: MONOAURICULAR COM CANCELAMENTO DE RUÍDO; DETALHES: CABO DE DESCONEXAO RAPIDA (QUICK DISCONNECT); ARO AJUSTAVEL; CAPSULA RECEPTORA DINAMICA; MONOAURICULAR; TIARA COM REVESTIMENTO ATERMICO; SUPORTE LATERAL DA TIARA EM MATERIAL DE FIBRA DE CARBONO; SUPORTE DO MICROFONE EM MATERIAL DE FIBRA DE	1122487	POLY PLANTRONICS) / (EX HW510V	3.314	1 UNIDADE	R\$ 329,15	R\$ 269,90	R\$ 894.448,60

	CARBONO; APOIOLATERAL COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO; CLIP DE LAPELA; MICROFONE COMTUBO DE VOZ TRANSPARENTE; HASTE DO MICROFONE SEM FIACAO ELETRICA, QUEPERMITA GIRO COM LIMITADOR E QUE SUPORTE ALTERNANCIA ADEQUADA DA POSICAO(LADO) DE USO; COMPATIBILIDADE COM CIRCUITO AMPLIFICADO NO CABO DEDESCONEXAO RAPIDA; COMPATIBILIDADE COM OS TELEFONES DIGITAIS DOS TERMINAIS DE ATENDIMENTO E NAO DEVERA SER USADO COM BASE AMPLIFICADORA COMOMEIO, GARANTINDO OS NIVEIS DE TRANSMISSAO E RECEPCAO							
60	MICROFONE - IMPEDANCIA: MAXIMO 100 OHMS; SENSIBILIDADE: -32DB; ESTRUTURA INTERNA: CONDENSADOR; TIPO: DE MESA, CONEXAO USB 2.0; MICROFONE PADRAO POLAR CARDIOIDE, ACOMPANHA TRIPE DE MESA, CABO USB DE 1,5M.	1807072	NAGANO / BM 700	6.329	1 UNIDADE	R\$ 237,80	R\$ 195,00	R\$ 1.234,155,00
61	ADAPTADOR/CONVERSOR - IDENTIFICACAO: MINI DISPLAYPORT ; CONECTOR (1): MINI DISPLAYPORT MACHO (20PINOS); CONECTOR (2): HDMI FEMEA (19PINOS); TAMANHO: 15 CM	1777831	TSA / DISPLAYPORT X HDMI	2.223	1 UNIDADE	R\$ 34,70	R\$ 28,45	R\$ 63.244,35

2.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, não estando obrigada a adquirir uma quantidade mínima, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.1.2. Os quantitativos solicitados são estimados e representam as previsões dos Órgãos e Entidades para as compras durante o prazo de vigência deste instrumento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES**

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Planejamento e Gestão, através da Central de Contratos.

3.2. São participantes deste Registro de Preços, os seguintes órgãos:

- 3.2.1. GABINETE MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DE MG
- 3.2.2. ADVOCACIA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.3. OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
- 3.2.4. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
- 3.2.5. POLICIA MILITAR DE MINAS GERAIS
- 3.2.6. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO
- 3.2.7. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO
- 3.2.8. SECRETARIA DE ESTADO DA SAUDE
- 3.2.9. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS
- 3.2.10. DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 3.2.11. SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLIC
- 3.2.12. SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO
- 3.2.13. SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTAO
- 3.2.14. POLICIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.15. ESCOLA DE SAUDE PUBLICA DE MINAS GERAIS
- 3.2.16. INST.DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO EST.M.GERAIS
- 3.2.17. FUNDACAO JOAO PINHEIRO
- 3.2.18. FUNDACAO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.19. INST.PREV.DOS SERV.MILITARES DO ESTADO M.GERAIS
- 3.2.20. FUNDACAO EDUCACIONAL CAIO MARTINS
- 3.2.21. FUNDAÇÃO DE ARTE DE OURO PRETO
- 3.2.22. FUNDAÇÃO CLOVIS SALGADO
- 3.2.23. INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MG
- 3.2.24. FUNDACAO TV MINAS CULTURAL E EDUCATIVA
- 3.2.25. JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.26. FUNDACAO EZEQUIEL DIAS
- 3.2.27. FUNDACAO HOSPITALAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.28. FUNDACAO DE EDUCACAO PARA TRABALHO DE MINAS GERAIS
- 3.2.29. DEPARTAMENTO DE EDIFICACOES E ESTRADAS DE RODAGEM
- 3.2.30. UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
- 3.2.31. FUNDACAO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DE MG
- 3.2.32. INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE DE MG
- 3.2.33. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
- 3.2.34. INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUARIA
- 3.2.35. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO NORTE E NORDESTE
- 3.2.36. AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH
- 3.2.37. AG. REG. SERV. ABAST. AGUA E ESGOTAMENTO SANITARIO

3.3. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, outros entes da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional que não tenham participado do certame, mediante prévia anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013 e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.5. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, ainda, em sua totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5.1. As aquisições ou contratações adicionais, por outros órgãos/entidades não poderão exceder, por órgão/entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4. **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, improrrogáveis, a contar da data de sua publicação.

4.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos, em decorrência de eventual variação daqueles praticados no mercado, ou de fato que altere o custo dos bens registrados, conforme dispõe os termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

5.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

5.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.3.2. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso frustrada a negociação;

5.3.3. Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

5.4. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

5.5. É vedado ao contratado interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeito às sanções previstas no Edital Convocatório, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação parcial ou total da Ata de Registro de Preços, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, e adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa, nos termos do inciso III do §1º do art. 15 do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

5.7. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.

5.8. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO**

6.1. O fornecedor poderá ter o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

6.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

6.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.1.3. O beneficiário não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

6.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.2.1. Por razões de interesse público;

6.2.2. A pedido do fornecedor, com a devida autorização da Administração.

6.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTRATAÇÃO COM OS FORNECEDORES**

7.1. A contratação com o fornecedor registrado observará a classificação segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva da licitação que deu origem à presente Ata e será formalizada mediante (a) termo de contrato; (b) emissão de nota de empenho de despesa; ou (c) autorização de compra; conforme disposto no artigo 62 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e obedecidos os requisitos pertinentes do Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

7.2. O órgão convocará o fornecedor com preço registrado em Ata para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, (a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

7.3. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

7.4. Previamente à formalização de cada nota de empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, o Órgão participante realizará consulta ao SICAF, CAFIMP e CAGEF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e verificar a manutenção das condições de habilitação.

8. **CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. A contratada que cometer qualquer das infrações, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 14.167, de 10 de janeiro de 2002 e no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.1.1. advertência por escrito;

8.1.2. multa de até:

8.1.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;

8.1.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviços após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas ;

8.1.2.3. 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.

8.1.3. Suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

8.1.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 7º da lei Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

8.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

8.2. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nos itens 8.1.1, 8.1.3, 8.1.4, 8.1.5.

8.3. A multa será descontada da garantia do contrato, quando houver, e/ou de pagamentos eventualmente devidos AO INFRATOR e/ou cobrada administrativa e/ou judicialmente.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo incidental apensado ao processo licitatório ou ao processo de execução contratual originário que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no Decreto Estadual nº. 45.902, de 27 de janeiro de 2012, bem como o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Estadual nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002.

8.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.5.1. Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

- 8.6. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da Contratada de indenizar integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.
- 8.7. As sanções relacionadas nos itens 8.1.3, 8.1.4 e 8.1.5 serão obrigatoriamente registradas e publicadas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP e no Cadastro Geral de Fornecedores no Âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual - CAGEF.
- 8.8. As sanções de suspensão do direito de participar em licitações e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser também aplicadas àqueles que:
- 8.8.1. Retardarem a execução do objeto;
 - 8.8.2. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 8.8.2.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
 - 8.8.3. Apresentarem documentação falsa ou cometerem fraude fiscal.
- 8.9. Durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e pelo Decreto Estadual nº 46.782, de 23 de junho de 2015, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à Controladoria-Geral do Estado, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9. **CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 9.1. Ficam vinculados a esta Ata, independente de transcrição, o Termo de Referência e o edital de licitação.
- 9.2. Cabe à Central de Contratos gerar o extrato e solicitar a publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, conforme Decreto Estadual nº 46.311, de 16 de setembro de 2013.

10. **CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

- 10.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Por estarem justas e acertadas, firmam os partícipes o presente instrumento, em meio eletrônico, por meio do Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais.

Representante do Órgão/Entidade

Representante da Empresa



Documento assinado eletronicamente por **Mário Aparecido Silva, Representante Legal**, em 17/05/2023, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jafer Alves Jabour, Superintendente**, em 17/05/2023, às 18:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **66082093** e o código CRC **FC1488B9**.